

Unidade/módulo	Objetivo específico	Conteúdo programático	Metodologia	Carga horária	Avaliação aprendizagem
AMBIENTAÇÃO	Apresentação		<u>Vídeo gravado pelo</u> <u>Conselheiro Keppen</u>		-----
1. Justiça Restaurativa e Cultura de Paz	1.1. Conhecer fundamentos e procedimentos relativos à Justiça Restaurativa no contexto da Cultura de Paz e dos Direitos Humanos Fundamentais.	1.1.1. Cultura de Paz. 1.1.2. Complexidade do fenômeno violência. 1.1.3. O que são ações não-violentas. 1.1.4. Correlação Justiça Restaurativa e Cultura de Paz. 1.1.5. Fundamentos de Justiça Restaurativa.	1. Videoaula expositiva e dialogada assíncrona (gravação já existente). 2. Questionário de múltipla escolha (10 pontos)	7,0 h/a	Avaliação formativa, com atribuição de nota. (10 pontos)
2. Justiça Restaurativa – seu histórico Internacional e no Brasil	2.1. Analisar o desenvolvimento histórico da Justiça Restaurativa nos âmbitos internacional e nacional, bem como identificar as principais normativas internacionais	2.1.1. História da Justiça Restaurativa no Mundo: - Influência; - Experiências pioneiras; - Difusão pelo mundo.	1. Videoaula expositiva e dialogada assíncrona (gravação já existente).	7,0 h/a	Avaliação formativa, com atribuição de nota. (10 pontos)

	<p>e nacionais sobre Justiça Restaurativa;</p> <p>2.2. Normativas de referência e Resolução CNJ nº 225/2016</p>	<p>2.1.2. História da Justiça Restaurativa no Brasil:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projetos-Piloto; - Expansão pelo Brasil. 	<p>2. Questionário de múltipla escolha <u>(10 pontos)</u></p>		
<p>3. Justiça Restaurativa e seu Potencial Transformador</p>	<p>3.1. Compreender o conceito de Justiça Restaurativa em toda a sua amplitude, como instrumento de transformação social.</p>	<p>3.1.1. Mudança de Paradigma:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Paradigma cartesiano-mecanicista; - Paradigma holístico. <p>3.1.2. Justiça Restaurativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conceitos; - Princípios; - Fundamentos; - Valores; - Dimensões. 	<p>1. Videoaula expositiva e dialogada assíncrona (gravação já existente).</p> <p>2. Questionário de múltipla escolha <u>(10 pontos)</u></p>	<p>7 h/a</p>	<p>Avaliação formativa, com atribuição de nota. (10 pontos)</p>
<p>Textos indicados:</p>					

Unidade 1:

Texto de apoio: PENIDO, Egberto de Almeida. “Cultura de Paz e Justiça Restaurativa: Uma Jornada de Alma”.

Textos complementares:

- MEDEIROS, Josineide Gadelha Pamplona e DA SILVA NETO, Nirson Medeiros. “Da Cultura da Violência ao Movimento da Justiça Restaurativa: notas introdutórias”;
- DISKIN, Lia. “Cultura de paz: redes de convivência”. São Paulo: SENAC, 2009, com versão digital disponível em: <http://www1.sp.senac.br/hotsites/gd4/culturadepaz/>. Acessado em 19 ago 2020.

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=fPoacGR-MsI> (Lia Diskin questiona a punição em escolas e presídios).

Unidade 2:**Texto de apoio:**

- Curso EAD Justiça Restaurativa CNJ – ENFAM, Unidade II, Egberto de Almeida Penido e Leoberto Narciso Brancher.
- PENIDO, Egberto de Almeida. “Origens da Justiça Restaurativa no Brasil”. Material redigido para a apresentação da Delegação da Justiça Restaurativa Brasileira ao Simpósio Nacional de Justiça Restaurativa do Canadá, 2019.
- PENIDO, Egberto. “Justiça Restaurativa no Brasil”. Trecho extraído do livro “Mediação de conflitos para iniciantes, praticantes e docentes”. Part. 2; Cap. 7.1; Editora JusPodivm. 2017.
- BRANCHER, Leoberto e FLORES, Ana Paula Pereira. “Por uma Justiça para o Século XXI”; in Horizontes a partir da Resolução 225 do CNJ, Brasília, 2016; pp. 91/93.
- Resolução CNJ nº 225/2016.
- Resolução nº 12/2002, do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

Textos complementares:

- MEDEIROS, Josineide Gadelha Pamplona e DA SILVA NETO, Nirson Medeiros. “Breve Histórico da Justiça Restaurativa no Âmbito do Poder Judiciário Brasileiro” - Texto extraído e adaptado do Plano de Ações da Coordenadoria de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, intitulado “Justiça Restaurativa: Construindo Paz e Bem Viver”; assim como da apresentação do Dossiê: “Justiça Restaurativa no Brasil: Experiências e Pesquisas do Sul e do Norte”, publicado na Revista Ciências da Sociedade, em 2019.
- Lei Federal n. 12.594/2012 – “Lei do SINASE”.
- Meta 08 de 2016 do CNJ – Justiça Estadual.

Vídeo: Link do vídeo: https://drive.google.com/file/d/1NLXgTOILq00QaO63msd_B5yWm4Q14Ezu/view?usp=sharing (ver o tema link): O que é Justiça Restaurativa?

<https://www.youtube.com/watch?v=Nrd7uZ3p3NQ> (aproximadamente 5 min.)

Unidade 3:

Texto de apoio: SALMASO, Marcelo Nalesso. "A Justiça Restaurativa e sua Relação com a Mediação e a Conciliação: trilhas fraternas e identidades próprias". In LAGRASTA, Valeria Ferioli & ÁVILA, Henrique de Almeida. "Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses - 10 Anos da Resolução CNJ nº 125/2010". São Paulo: Instituto Paulista de Magistrados (IPAM), 2020, pp. 389 a 408.

Texto complementar: ELLIOT, Elizabeth. Segurança e cuidado: Justiça Restaurativa e sociedades saudáveis. São Paulo: Palas-Athena; Brasília: ABRAMINJ, 2018, Capítulo 4.

Vídeo: *Rap da Justiça Restaurativa:* <https://www.youtube.com/watch?v=6DFlow8P1xA>